



Esforço de votações registra produção legislativa elevada

Entre os projetos importantes aprovados pelos senadores na semana, está proposta de emenda à Constituição que aumenta repasses para os municípios

Os senadores, além do trabalho nas comissões durante o esforço concentrado desta semana, aprovaram, em Plenário, 17 proposições com temas de grande repercussão no país. Entre

os projetos aprovados, estão a aposentadoria especial para pescadores, atualização do Código de Defesa do Consumidor e a regulamentação para a criação, fusão e desmembramento de novos municípios. **3**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, junto ao senador Sarney, durante sessão no Plenário. Para Renan, a aprovação do aumento de verbas aos municípios fortalecerá a economia brasileira



Marcos Oliveira/Agência Senado

Vai à Câmara projeto sobre preço à vista diferenciado

Plenário do Senado aprovou ontem projeto que anula proibição de o comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por

meio de cartão de crédito ou à vista. Segundo o relatório aprovado, a resolução viola direitos individuais ao determinar restrição à atividade econômica. **3**

Renan recebe propostas de conselheiros da saúde **2**

Comissão estende até 2019 regra para o mínimo **3**

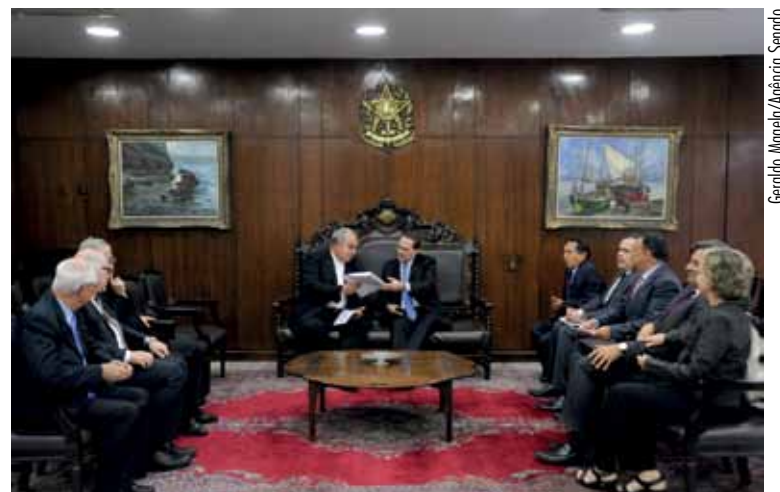
Reestruturação de carreiras da área ambiental vai à sanção **8**

Funai pede mais cuidado com índios isolados **8**

Conselho apoia diploma obrigatório para jornalista

Na última reunião do atual mandato, o Conselho de Comunicação Social recomendou também a flexibili-

zação do horário da *Voz do Brasil*. Os integrantes levaram a Renan Calheiros um balanço das atividades. **6**



Presidente do conselho, dom Orani Tempesta entrega relatório a Renan

Gerardo Magela/Agência Senado

Ampliação do Disque 180 ajuda combate à violência

Senado aprovou ontem projeto da CPI Mista da Violência contra a Mulher que atribui ao Executivo a operação de serviço telefônico de atendimento a ví-

timas desse tipo de crime. Atualização da lei permitirá que governo federal organize e implante o Disque 180 em cidades onde não há esse tipo de serviço. **2**

Marcos Oliveira/Agência Senado



À CPI Mista da Petrobras, Zelada negou participação na compra de Pasadena

Ex-diretor da Petrobras diz desconhecer acusações

Em depoimento à CPI Mista da Petrobras, Jorge Luiz Zelada disse que ficou sabendo do processo em

que é acusado de fraude em licitação pela imprensa e que não conhece o teor completo das acusações. **5**

quintas Femininas

8 anos da Lei Maria da Penha

Data: 7 de agosto de 2014

Horário: 10h

Local: Plenário 2 Ala Senador Nilo Coelho no Senado Federal
Os participantes receberão certificado

Mais informações: 3303-1710/1713 | Participação pelo site: <http://bit.ly/audienciainterativa> | Alô Senado: 0800 61 22 11



Secom - Publicidade e Marketing

Lei foi atualizada e permite que governo federal possa organizar e implantar Disque 180, como política pública, para casos de violência contra a mulher em cidades onde não há esse tipo de serviço

Denúncia de violência feita pelo telefone será mais fácil

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto da CPI Mista da Violência contra a Mulher que atribui ao Executivo a operação de serviço de atendimento a vítimas desse tipo de crime. O texto (PLC 59/2014) deverá ser encaminhado à sanção presidencial.

Atualmente, a Lei 10.714/2003 autoriza o governo apenas a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

O serviço de atendimento é operado pelas delegacias

especializadas de atendimento à mulher ou pelas delegacias da polícia civil, nos locais onde não exista tal serviço especializado. De acordo com o projeto aprovado, a operação do serviço será feita pela Central de Atendimento à Mulher, pelo número 180.

Legislação anterior

Segundo a CPI mista, a mudança é necessária porque a Lei 10.174 é anterior à criação desse serviço em âmbito federal, em 2005; à própria Lei Maria da Penha, de 2006; e à Política Nacional

de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Para a relatora, Ana Rita (PT-ES), a proposta fortalece a luta contra a violência.

— O Disque 180 já existe, o projeto apenas o formaliza como uma política pública — assinalou.

O Plenário do Senado aprovou também acordo entre os governos brasileiro e do Irã sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos. O documento foi firmado em 2009. O projeto de decreto legislativo sobre a matéria segue para promulgação.

Lei Maria da Penha é tema do Quintas Femininas

No aniversário da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a Procuradoria Especial da Mulher do Senado e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados promovem hoje debate com especialistas sobre os oito anos da legislação. O encontro, que faz parte do Projeto Quintas Femininas, será realizado no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado. A participação é gratuita. Serão fornecidos certificados.

Entre os debatedores, está a delegada-adjunta da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, Patricia Simone Bozolan. O

órgão é modelo no atendimento a vítimas de violência doméstica no Brasil. O debate é aberto à participação popular pela internet ou pelo telefone.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/8anosMariaPenhaEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/8anosMariaPenhaAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211

Proteção foi maior ganho, diz Ana Rita

Primeira oradora da sessão de ontem, Ana Rita (PT-ES) lembrou os oito anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), completados hoje. Ela elogiou a norma, mas disse que é preciso realizar políticas públicas estaduais e municipais para combater a violência doméstica no país.

A senadora lembrou que a Lei Maria da Penha é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores leis do mundo.

— É importante lembrar que a Lei Maria da Penha

representou uma verdadeira guinada na história da impunidade e na cultura jurídica tradicional. Por meio da lei, vidas que seriam perdidas são salvas. Mulheres em situação de violência ganham direito e proteção — afirmou.

Ana Rita foi relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, que funcionou no ano passado. Ela lembrou que tramitam no Congresso 14 projetos apresentados pela CPI. Ela pediu pressa na aprovação das propostas, especialmente

do PLS 292/2013, que prevê o feminicídio como um qualificador do crime de homicídio, que está pronto e aguarda votação no Plenário.



Ana Rita lembra que, para a ONU, lei é uma das três melhores do mundo

Vanessa afirma que lei mudou mentalidade



dos brasileiros no que se refere ao assunto.

A parlamentar considerou positivo o fato de ser elevado o índice de pessoas que dizem conhecer a lei e saber para quê ela serve. Pesquisa do DataSenado de 2013 mostrou que 99% dos entrevistados conheciam a Lei Maria da Penha.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou o aniversário de oito anos da Lei Maria da Penha, comemorado hoje. Ela disse que, nesse período, houve avanços no combate à violência contra as mulheres e na mudança na mentalidade

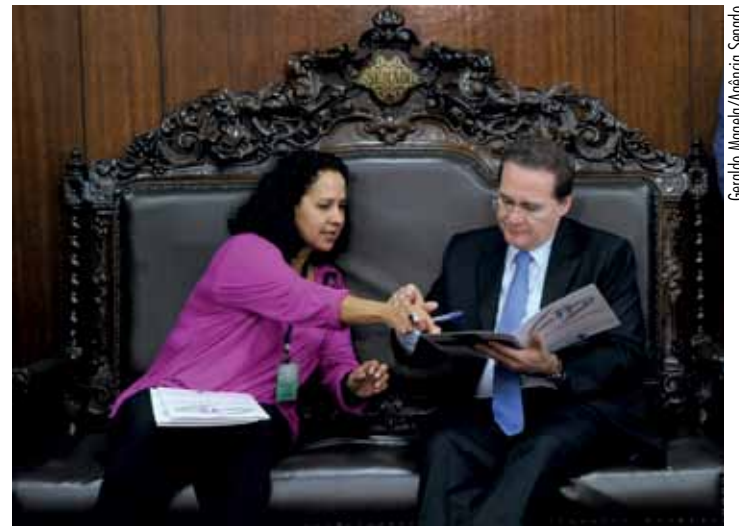
Jayme cobra projeto que auxilia mulher agredida



ou namorado no ano passado.

Ele pediu à Câmara aprovação do projeto de autoria dele (PLS 109/2012) que cria o Fundo Nacional de Amparo às Mulheres Agredidas. A proposta prevê ajuda de R\$ 622 por ano às mulheres que deixarem o parceiro agressor.

Jayme Campos (DEM-MT) também saudou os oito anos da Lei Maria da Penha, mas lamentou que os índices de violência contra a mulher ainda sejam altos. O senador relatou que em Cuiabá, por exemplo, 17 mulheres foram mortas pelo marido



Maria do Socorro de Souza apresenta a Renan a agenda propositiva do CNS

Renan recebe propostas do Conselho Nacional de Saúde para discussão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem propostas para o debate sobre a reforma sanitária e o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). O documento foi apresentado por representantes do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A *Agenda Propositiva para a Saúde nas Eleições 2014* defende o fortalecimento do SUS e apresenta sugestões para a discussão, durante a campanha, de formas para melhorar a qualidade da saúde. Uma das principais propostas é que 10% da receita bruta da União seja destinada ao setor.

Renan Calheiros disse que a participação da sociedade no debate sobre a legislação da saúde é essencial para a melhoria dos serviços do setor e o fortalecimento da própria democracia.

Constam do documento 25 propostas, divididas em “Garantia do direito à saúde”, “Valorização do trabalho e educação na saúde” e “Fortalecimento da participação social”. Os conselheiros propõem o fim da desvinculação

de receitas da União (DRU) para o orçamento da seguridade social, mecanismo que permite cortes de despesas no setor, e mudanças na formação de profissionais de saúde. Além disso, preconizam a implantação de orçamentos participativos em todas as esferas do sistema e a ampliação das ações de fixação de equipes do SUS em todas as regiões, incluindo o Programa Mais Médicos.

A criação de um sistema nacional para regular a formação de profissionais de saúde, com ênfase na atenção básica, também está entre as sugestões do CNS.

Participaram do encontro Maria do Socorro de Souza, coordenadora do Conselho Nacional de Saúde; Luis Eugenio Portela Fernandes, presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; senadores Humberto Costa (PT-PE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM); e deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

Veja a íntegra do documento: <http://bit.ly/propostasCNS>

CORREÇÃO

Diferentemente do que foi publicado no título de reportagem na página 4 da edição de ontem, o Senado aprovou Luiz Alberto Gurgel de Faria para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A sigla publicada erradamente no título foi STF.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Cerimônia de sanção

10h Cerimônia de sanção do texto que altera o Simples Nacional, no Palácio do Planalto.

LEI MARIA DA PENHA Debate

10h No Projeto Quintas Femininas, da Procuradoria da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara, debate sobre os oito anos da Lei Maria da Penha.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Durante a semana destinada a análise de projetos, senadores aprovaram 17 iniciativas com temas relevantes para o país, como o aumento de repasses para municípios

Senado tem alta produção em esforço de votações

OS DOIS ÚLTIMOS dias no Senado registraram intensa produção legislativa. Além do trabalho nas comissões, os senadores aprovaram em Plenário 17 propostas, com temas de amplo interesse nacional, como o aumento de repasse de recursos tributários para os municípios, a aposentadoria especial para os pescadores e as novas regras para criação, fusão e desmembramento de municípios.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou a PEC 39/2013, que cresce em um ponto percentual o repasse da União para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A medida deve garantir mais R\$ 2,3 bilhões em 2015 e R\$ 4,5 bilhões em 2016.

— É evidente que existe uma centralização nas mãos da União. Qualquer esforço para que os recursos sejam democraticamente distribuídos é muito bom para o país, para a economia — enfatizou.

Ele também citou o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 31/2013, de Roberto Requião (PMDB-PR), que permite

aos comerciantes a cobrança de preços diferenciados nas compras feitas em dinheiro ou com cartão de crédito. O texto foi aprovado pelo Plenário e encaminhado para a Câmara.

— É uma matéria polêmica, mas é indiscutivelmente de interesse da sociedade — disse.

Para o secretário-geral da Mesa e diretor-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira,

Projeto deve garantir aos municípios mais R\$ 2,3 bi em 2015 e R\$ 4,5 bi em 2016

a semana de votações teve “maciça participação de senadores” e aprovação de iniciativas importantes.

—Tivemos a aposentadoria especial para os pescadores,

a questão de criação e desmembramento de municípios e a criação de postos de trabalho dos agentes do Ibama. São algumas matérias que destacam a importância desse esforço do Senado em entregar à sociedade material legislativo que permita melhorias na qualidade de vida da população — avaliou Bandeira.

A aposentadoria especial para os pescadores consta do substitutivo ao PLS 150/2013, aprovado pelo Plenário. Pelo texto, esses trabalhadores deverão receber o salário-defeso,

durante o período de suspensão da pesca, no valor do piso salarial da categoria, a ser custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O salário-defeso será o substituto do seguro-desemprego pago quando ocorre a paralisação ou suspensão das atividades de pesca em decorrência de ato do Executivo federal.

O projeto estabelece ainda que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) averbará como tempo de contribuição o período de defeso decorrente de ato ou norma da União, bastando para isso um simples requerimento e que o segurado comprove inscrição no Registro Geral da Pesca.

Outro projeto aprovado, o PLS 104/2014 — Complementar, regulamenta a criação de novas unidades da Federação. O novo texto, apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), é fruto de um acordo entre o Executivo e o Legislativo. Como sofreu modificações na Câmara, teve que passar por um reexame no Senado, que aprovou a proposta sem novas alterações. Agora, o projeto segue para sanção presidencial.

Em relação a um esforço concentrado em setembro, o presidente da Casa esclareceu

O que foi aprovado

- ▶ **PEC 35/2011:** Prevê tramitação em regime de urgência dos tratados, acordos e atos internacionais. Vai à Câmara.
- ▶ **PEC 39/2013:** Aumenta o repasse de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Vai à Câmara.
- ▶ **PLS 150/2013 — Complementar (em conjunto com o PLS 152/2013):** Estabelece aposentadoria especial dos pescadores. Vai à Câmara.
- ▶ **PLS 104/2014 — Complementar:** Cria regras para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Vai à sanção.
- ▶ **PRS 37/2014:** Autoriza empréstimo para a Bahia, destinado ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Vai à promulgação.
- ▶ **PRS 38/2014:** Autoriza empréstimo para a Bahia, destinado à segunda etapa do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. Vai à promulgação.
- ▶ **PRS 39/2014:** Autoriza empréstimo para o Paraná, destinado ao Programa Paraná Seguro. Vai à promulgação.
- ▶ **RQs 740 a 743/2014, de Vital do Rêgo e Aloysio Nunes Ferreira:** remetem para exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) os PLSs que atualizam o Código de Defesa do Consumidor (281/2012 e 283/2012).
- ▶ **OFS 4/2014:** Aprovado o nome de Emmanoel Campelo de Souza Pereira para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- ▶ **MSF 31/2014:** Aprovado o nome de Adailton Cardoso Dias para exercer cargo de diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).
- ▶ **MSF 52/2014:** Aprovado o nome de Romeu Donizete Rufino para ser reconduzido à direção-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
- ▶ **MSF 53/2014:** Aprovado o nome de Thiago de Barros Correia para o cargo de diretor da Aneel.
- ▶ **MSF 55/2014:** Aprovado o nome de Luiz Alberto Gurgel de Faria para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- ▶ **PLC 59/2014:** Disponibiliza número telefônico (Ligue 180) para realização de denúncias de violência contra a mulher.
- ▶ **PLC 90/2014:** Aumenta remuneração de agentes comunitários da saúde.
- ▶ **PLS 672/2011:** Institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do INSS.
- ▶ **PDS 31/2013:** Sustenta a Resolução que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço entre a venda realizada a dinheiro e a cartão de crédito.
- ▶ **PDS 110/2014:** Aprova acordo entre Brasil e Irã para isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos.

que ainda está sendo feito um levantamento das propostas prontas para serem votadas.

— O Senado tem andado na frente, inverteu a ordem das iniciativas, hoje estamos votando mais matérias de iniciativa do Legislativo do que do Executivo. Isso é muito

bom, porque fortalece o papel do Parlamento — salientou.

Sobre o projeto que altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), Renan observou que o texto ainda tem alguns entraves, mas alertou que o país espera com ansiedade novas regras na legislação.

Projeto prevê preço diferente na venda à vista

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que autoriza o comerciante a cobrar preços distintos para o pagamento realizado com dinheiro ou com cartão de crédito. A proposta segue para análise da Câmara.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 31/2013 susta efeitos da Resolução 34/1989, do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC), que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorresse por meio de cartão de crédito. Com a medida aprovada, o comerciante poderá voltar a estabelecer preços diferentes para o mesmo produto, no caso de o pagamento ser feito à vista ou no cartão.

De autoria de Roberto Re-



Requião contesta legalidade da proibição de cobrança de preços distintos

quião (PMDB-PR), o projeto tramitava em regime de urgência, já tendo sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em abril.

Requião e a relatora da proposição, Lídice da Mata (PSB-BA), argumentaram que

o CNDC não tem competência para instituir normas que criem obrigações a particulares. A relatora disse ainda que a resolução viola direitos individuais ao estabelecer, sem base jurídica válida, restrição à atividade econômica.

Aprovada contribuição a entidades de aposentados

Os senadores aprovaram em Plenário, ontem, o PLS 672/2011, que autoriza aposentados e pensionistas a contribuir com entidades que atuam na defesa de seus interesses. O projeto teve origem em sugestão da Confederação Brasileira dos Aposentados

e Pensionistas (Cobap) e foi apresentado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta será encaminhada à Câmara.

A proposição institui contribuição mínima de R\$ 2 para os segurados do Regime Geral de Previdência Social,

a ser descontada da folha de pagamento de dezembro de cada ano. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) será responsável pelo desconto dos valores, que serão destinados às entidades que trabalham pela defesa dos interesses da categoria.

Avança reajuste para mínimo e aposentadorias

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que prorroga a política de valorização do salário mínimo, com os parâmetros de reajuste para o período de 2016 a 2019, e estende o benefício às aposentadorias e pensões. A proposta segue para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A atual prática governamental, que prevê ganhos reais acima da inflação, só terá vigência até 2015. O PLS 31/2014, de autoria de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), estende por mais quatro anos

a valorização do mínimo, com base no reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e na variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes, conforme estabelece a Lei 12.382/2011, alterada pelo projeto.

— Tal medida vai garantir a continuidade do processo redistributivo, beneficiando importantes segmentos sociais, como o dos trabalhadores e de quem recebe benefício de prestação continuada da previdência rural, com a persistência dos ganhos reais — declarou o relator, Paulo Paim (PT-RS).



Paulo Paim comemora aprovação de ganhos reais para o salário mínimo

Durante sabatina, magistrada destacou a extensão de direitos aos empregados domésticos e defendeu atenção especial a mecanismos que podem facilitar a exploração do trabalho em condições de escravidão



Ao lado de Vital do Rêgo, a desembargadora Maria Helena Mallmann responde aos senadores durante sabatina na CCJ

Comissão aprova indicação de desembargadora ao TST

AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS empregados domésticos, prevenção do trabalho escravo, competência para julgamento de ações sobre acidentes de trabalho e uso dos mecanismos de mediação e arbitragem na Justiça trabalhista foram alguns dos temas discutidos ontem na sabatina da desembargadora Maria Helena Mallmann. Ela teve a indicação para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) aprovada por 18 votos favoráveis e 1 contrário, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Maria Helena Mallmann é atualmente desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região. A mensagem com a indicação para o TST segue para votação no Plenário do Senado.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), questionou Maria Helena sobre a repercussão das medidas para beneficiar o trabalhador doméstico. Em resposta, ela disse não acreditar que a expansão dos direitos dos demais trabalhadores para os domésticos vá levar à perda de postos de trabalho.

— Só agora esses trabalhadores atingem a sua cidadania plena e isso merece o aplauso de toda a sociedade brasileira — comentou a magistrada.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a ela recomendações sobre ações que o Congresso poderia desenvolver para prevenir condições de trabalho análogas à do trabalho escravo. Maria Helena considerou como grande desafio a extensão de direitos básicos, já assegurados aos trabalhadores brasileiros — como carteira assinada e salário mínimo —, para bolivianos, paraguaios e africanos que têm chegado ao país. A desembargadora também defendeu atenção especial para a terceirização e quarteirização do trabalho.

Competência

A competência da Justiça trabalhista para julgamento de causas geradas por acidentes de trabalho foi questionada por Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP). Essa atribuição já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No Senado, no entanto, aguarda votação a proposta de emenda

à Constituição (PEC 42/2005) de Paulo Paim (PT-RS) que insere no texto constitucional essa função para a Justiça do Trabalho. Rodrigues procurou reforçar a pertinência de manter esse tipo de causa na Justiça comum.

— As varas trabalhistas de São Paulo estão sobrecarregadas, levando-se até dois anos para se marcar uma audiência, ao contrário das varas estaduais — argumentou o senador.

Para a desembargadora, no entanto, a concentração desses processos na Justiça trabalhista é mais racional.

— Se tem uma Justiça especializada, nada mais racional que concentrar nela todos os litígios que digam respeito ao mundo do trabalho — ponderou, defendendo ainda a delegação do julgamento de ações previdenciárias e criminais ligadas a acidentes de trabalho para a mesma esfera judicial.

Maria Helena também acredita que o uso dos mecanismos de mediação e arbitragem na Justiça do Trabalho contribui para o aperfeiçoamento e a celeridade na solução de conflitos.

Plenário acata o nome de Tiago Correia para a diretoria da Aneel

O Senado aprovou em Plenário ontem a indicação de Tiago de Barros Correia, feita pela Presidência da República, para integrar a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Na terça-feira, o Plenário tinha tentado votar a indicação, mas por falha no painel, a deliberação só foi concluída ontem com 40 votos favoráveis, 5 votos contrários e 1 abstenção.

Antes da votação em Plenário, Tiago Correia foi sabatinado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com parecer favorável do relator, Humberto Costa (PT-PE). Na comissão, o indicado foi aprovado por 16 votos favoráveis e nenhum contrário.

Tiago de Barros Correia nasceu em 12 de agosto de 1978 na cidade de Maputo, capital de Moçambique. Filho de brasileiros, optou pela nacionalidade brasileira em 15 de junho de 2004.

É bacharel em ciências econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp). Possui, ainda, curso de mestrado na área interdisciplinar de

planejamento de sistemas energéticos, pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp.

A experiência profissional iniciou-se em 2004 como assessor econômico do Ministério de Minas e Energia. Correia possui diversas publicações técnicas no Brasil e no exterior que versam a respeito de mercados e comercialização de energia elétrica.

Em conformidade com a Lei 9.427/1996, que instituiu a Aneel, os membros da diretoria da agência reguladora cumprem mandatos não coincidentes de quatro anos. Os diretores são nomeados pelo presidente da República mediante aprovação prévia do Senado.



Aprovação de novo diretor da Aneel foi unânime entre senadores

Adiada votação sobre mandato de diretor do Sistema Elétrico

A falta de quórum impediu ontem a reunião da comissão mista especial em que seria votado o relatório do projeto de lei de conversão da Medida Provisória (MP) 643/2014, que estendeu, em caráter excepcional, o mandato do diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O relatório é do deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ), que acolheu duas emendas apresentadas.

O texto a ser votado estabeleceu que o mandato do

dirigente do ONS poderá ser estendido por uma única vez, pelo prazo de dois anos, a critério do poder concedente. A MP também trata do parcelamento de débitos administrados e cobrados pela Procuradoria-Geral da União. O ONS é responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Casildo critica carga tributária e burocracia

Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou ontem a importância das micros e pequenas empresas e lamentou que elas ainda enfrentem problemas que prejudicam o desenvolvimento, como alta carga tributária e burocracia. Enquanto nos Estados Unidos um empreendedor leva quatro dias para abrir um negócio, comparou, no Brasil são necessários mais de três meses, com a ajuda de contador e advogado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lobão Filho aponta progresso no Maranhão

Lobão Filho (PMDB-MA) destacou o desafio de estimular o desenvolvimento do Maranhão e atender os anseios do povo. Ele disse que é um estado "injustiçado", apesar dos indicadores positivos. Lobão registrou avanço em setores como indústria, logística e produção rural, e informou que em 2012 o produto interno bruto maranhense cresceu mais de quatro vezes acima da média do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paim pede análise de lei contra incêndios

Paulo Paim (PT-RS) lembrou ontem a tragédia de Santa Maria (RS), ocorrida em janeiro de 2013, para cobrar do Senado o fortalecimento da prevenção de incêndios em casas de espetáculos. Ele lembrou que a Câmara aprovou projeto nesse sentido, em abril deste ano, mas o Senado ainda não submeteu a proposta a nenhuma comissão.

O senador considera que a proposta é importante para o combate a incêndios e espera que a Casa não se deixe abalar pelas pressões que dificultam a votação definitiva do projeto.

Couto denuncia ações ilegais de madeireiro

Mário Couto (PSDB-PA) alertou ontem para o "conflito sangrento" prestes a ocorrer em Prainha, no Pará. Segundo ele, um milionário invadiu terras irregularmente, derrubou árvores, expulsou famílias e "instaurou a semente para o conflito", e não houve atuação dos órgãos competentes.

Couto disse não ser contrário à atuação do empresário, desde que ele respeite o povo pobre, o que não é o caso em Prainha.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Gurgacz destaca obras no Sul de Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) informou, em Plenário, sobre obras viárias em Rondônia. O senador esteve com o prefeito de Vilhena, José Rover, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), para tratar do Projeto Multivias.

O projeto prolonga as marginais da BR-364, facilitando o acesso aos setores industrial, de chácaras e balneários, e prevê rotatórias e uma ciclovia.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Acusado de fraude em licitação, ex-diretor da Petrobras disse a parlamentares que ainda não foi citado pela Justiça. Ele também negou envolvimento com a compra de Pasadena

Zelada diz não conhecer processo em que é réu

AO DEPOR ONTEM na CPI Mista da Petrobras, o ex-diretor da estatal Jorge Luiz Zelada não soube dar aos parlamentares detalhes do processo em que é acusado de fraude em licitação na Justiça do Rio de Janeiro. Apesar de réu e denunciado pelo Ministério Público fluminense, Zelada disse que ficou sabendo pela imprensa, ainda não foi citado e não conhece o teor completo das acusações.

O MP-RJ alega que Zelada e outros funcionários da Petrobras beneficiaram a Odebrecht em um contrato de US\$ 860 milhões para a execução de um grande projeto nas áreas de saúde, meio ambiente e segurança, conhecido como SMS. O ex-diretor negou que tivesse beneficiado a construtora.

— Ao processo licitatório foram anexados todos os pareceres técnicos. E a Odebrecht apresentou o menor preço. Jamais interferi em licitação para beneficiar quem quer que seja — disse.

Zelada disse ainda que a Petrobras se internacionalizou e o passivo ambiental em plantas da empresa fora do Brasil era grande, daí a necessidade de levar a excelência das ações em SMS para a área internacional.

— Foi feita uma análise detalhada dos preços dos serviços e só foi pago o realizado — afirmou.

Pasadena

O prejuízo sofrido pela Petrobras na compra da refinaria de Pasadena (EUA) da empresa belga Astra Oil dominou boa parte da reunião. Zelada negou ter participado da produção do resumo executivo que serviu de base para que o Conselho de Administração aprovasse a compra da unidade industrial. O resumo foi classificado de falho pela presidente Dilma Rousseff.

— Esse resumo executivo já estava elaborado antes da minha entrada — disse.

Zelada já havia prestado depoimento à CPI do Senado em 29 de maio, quando minimizou a importância das duas cláusulas omitidas no resumo executivo — Marlim e Put Option —, dizendo que não eram “centrais para o negócio”. Desta vez, ele foi mais comedido e afirmou inicialmente que elas não lhe causaram estranheza. Zelada só disse que não eram cláusulas centrais depois da insistência de alguns deputados.



Ex-diretor da área internacional da Petrobras Jorge Luiz Zelada (E) fala à CPI mista em sessão presidida por Vital do Rêgo (C)

Relator garante segurança na elaboração de perguntas

Ao deixar a reunião em que foi ouvido o ex-diretor da Petrobras Jorge Luiz Zelada, o relator da CPI mista que investiga irregularidades na estatal, deputado Marco Maia (PT-RS), descartou a possibilidade de vazamento de perguntas. Em entrevista à imprensa, ele informou que o assessor que o auxilia na elaboração do questionário é de inteira confiança.

— Não há nenhuma condição de haver qualquer tipo de divulgação das perguntas por mim formuladas. A

pessoa que faz as perguntas é da minha inteira confiança e a equipe que trabalha neste processo está sediada na Câmara dos Deputados. Portanto, não tem vínculo nenhum com as pessoas que elaboram as perguntas para o Senado — afirmou.

O relator ressaltou, no entanto, que, como são duas CPIs com idêntico objeto de investigação e com os mesmos depoentes, é impossível não haver perguntas iguais.

— É natural que haja perguntas semelhantes. Não há

duas formas de se perguntar — argumentou.

Marco Maia disse ainda considerar natural que pessoas que tenham que prestar depoimento treinem as respostas, seja na polícia, no Judiciário ou na CPI.

— Treinamento de perguntas e respostas acontece em qualquer lugar. Quem vai ser interrogado geralmente se prepara para isso. Não vejo problema, faz parte do processo democrático e alguns deles vêm acompanhados de advogados — disse.

Reunião da CPI da Petrobras do Senado é adiada para o dia 13

Por conta da abertura da ordem do dia no Plenário, foi cancelada a reunião da CPI da Petrobras que seria realizada na manhã de ontem. O presidente da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), convocou novo encontro para o dia 13.

Na pauta da CPI, estavam seis requerimentos, a maioria relativa ao acidente da plataforma P-36. A unidade, que ficava no Campo de Roncador, na Bacia de Campos, a 130 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, naufragou em 2001, causando a morte de 11 trabalhadores.

A situação da segurança

dos prestadores de serviços e funcionários da Petrobras é um dos quatro eixos de investigação da CPI que funciona exclusivamente no Senado. Paralelamente, está em funcionamento uma CPI mista, com a participação de deputados e senadores.

Na terça-feira, a pedido de Vital, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a instalação de sindicância para investigar a participação de servidores da Casa na suposta combinação de perguntas com depoentes da CPI, conforme denúncias publicadas pela imprensa.

Humberto minimiza denúncias de vazamento



Marcos Oliveira/Agência Senado

Humberto Costa (PE), líder do PT, classificou de bobagem as matérias publicadas nos jornais que denunciam uma suposta fraude nos depoimentos à CPI do Senado que investiga denúncias de irregularidades na Petrobras.

Para o senador, a imprensa está alimentando a oposição, que quer criar um escândalo em algo corriqueiro.

Ele criticou matéria de hoje no jornal *Folha de S.Paulo*, intitulada “Ação na CPI da Petrobras foi combinada com assessores do Planalto.”

— Essa matéria tenta colocar a visão de que o fato de a Secretaria de Relações Institucionais ter acompanhado o processo significou tentativa de controle — afirmou.

Simon aponta queda na credibilidade de comissões

As CPIs perderam a seriedade, lamentou ontem, em Plenário, Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo ele, a desmoralização do instituto das CPIs está provada com as últimas comissões que foram instaladas, como a do Cachoeira, que resultou em um acordo entre governo e oposição para não punir ninguém, e as duas da Petrobras, que também não devem resultar em nada.

— CPI era coisa séria. Até estes [últimos] quatro anos de Parlamento era coisa séria, que afastou um presidente, que saiu desta Casa democraticamente, pelo voto daqueles que achavam que ele deveria sair. Era coisa séria, com a CPI dos Anões do Orçamento, que tirou desta Casa uma série de parlamentares por equívocos graves que cometeram — lembrou.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Impasse marca 1º encontro da CPI do Metrô PAC 3 terá ligação do Atlântico ao Pacífico

A primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do Metrô, na tarde de ontem, foi marcada por um impasse político. Nada foi votado — nem mesmo escolhido o presidente — e uma nova tentativa de colocar a comissão em funcionamento será feita no dia 2 de setembro, às 14h.

O integrante mais idoso da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), convocou a reunião para instalar a CPI e escolher o presidente. No entanto, governistas e representantes da oposição começaram a debater questões regimentais para tentar sustentar, ou derrubar, a reunião. Superado o de-

sentendimento sobre a abertura da reunião, houve impasse na eleição do presidente da CPI.

O acordo das lideranças prevê que a CPI mista terá a presidência de um senador do PMDB, e o escolhido foi João Alberto Souza (MA). O senador não está em Brasília, mas no Maranhão. Novo desentendimento se deu, então, sobre a escolha de um presidente ausente — o que não poderia ocorrer. Para não romper o acordo que coloca João Alberto encabeçando a CPI mista, Suplicy confirmou que, na prática, não havia como prosseguir e convocou reunião para o mês que vem.

A implantação definitiva da chamada Rota Bioceânica, para interligar o Oceano Atlântico ao Pacífico, sonho antigo dos integrantes do agronegócio brasileiro e de prefeitos e governadores do Centro-Oeste, pode ser incluída na próxima edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 3). O anúncio foi feito pelo líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado (CI).

O corredor viário que vai unir o Atlântico ao Pacífico — possivelmente do Porto de Santos (SP) ao Porto de

Iquique, no Chile, passando pela Bolívia — deverá facilitar o escoamento da produção brasileira para o mercado asiático, especialmente para a China. Os defensores da iniciativa acreditam que ajudará a integrar o continente sul-americano, beneficiando países como Argentina, Paraguai e Bolívia.

— Esse projeto é muito importante. O governo já vem discutindo e esperamos que, no PAC 3, que o Brasil vai aprovar com a participação do Congresso Nacional, essa logística, esse planejamento, possa ser incluído — disse Pimentel, lembrando que a próxima edição do PAC ainda está em elaboração.

Conselho de Comunicação aprova parecer favorável à exigência do diploma para jornalista. Medida auxilia nas decisões do Legislativo. Duas PECs nesse sentido tramitam na Casa

Conselho recomenda diploma no jornalismo

NA ÚLTIMA REUNIÃO da atual gestão, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) aprovou ontem parecer favorável apresentado pelo conselheiro Celso Schröder às Propostas de Emenda à Constituição 33/2009 e 386/2009, que determinam a exigência de diploma para exercício da profissão de jornalista.

O parecer recebeu 6 votos favoráveis e 4 contrários. O assunto já havia sido debatido na Comissão Temática da Liberdade de Expressão do Conselho de Comunicação Social, que se manifestou contra. O exercício do jornalismo é regulamentado pelo Decreto-Lei 972/1969, por sua vez regulamentado pelo Decreto 83.284/1979. A regulamentação da profissão previa a formação de nível superior em jornalismo, mas foi modificada em 2009 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a exigência inconstitucional.

Segundo Schröder, que preside a Federação Nacional dos

Jornalistas (Fenaj), a exigência nunca impediu o direito à opinião e à livre manifestação do pensamento, nem a colaboração, especializada ou não, nos meios de comunicação social.

— Vale ressaltar, ainda, que os parlamentares estão exercendo a função para a qual foram eleitos: legislar, inclusive modificando a Constituição, naquilo que for necessário para o ordenamento constitucional e infraconstitucional, com vistas ao aperfeiçoamento da democracia — afirmou.

Favorável à exigência do diploma, o vice-presidente do conselho, Fernando Cesar Mesquita, atua no jornalismo desde os 15 anos de idade, antes mesmo da regulamentação da profissão. Ele argumentou que a formação é um instrumento importante, inclusive para ampliar os horizontes do profissional.

— Até porque as novas mídias precisam de muita atenção e cuidado — ponderou.

As propostas de emenda à Constituição aguardam votação na Câmara dos Deputados.



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Schröder deu parecer pela exigência do diploma em votação coordenada por Fernando Cesar Mesquita e Dom Orani Tempesta

Membros aprovam horário flexível de *A Voz do Brasil*

O conselho também se posicionou favoravelmente à flexibilização do horário do programa *A Voz do Brasil* e à conversão dele em patrimônio cultural imaterial do Brasil. O parecer foi elaborado pelos conselheiros Walter Vieira Ceneviva, José Catarino do Nascimento e Ronaldo Lemos sobre o PL 595/2003 e o PLS 19/2011.

Chamado de *Programa*

Nacional na estreia, *A Voz do Brasil* está no ar desde o dia 22 de julho de 1935 e foi instituído pelo governo do então presidente Getúlio Vargas a fim de levar informação à população brasileira. Atualmente, *A Voz do Brasil* é veiculada obrigatoriamente às 19h por todas as emissoras de rádio do país.

A possibilidade de flexibilizar o horário dividiu opiniões. De um lado, os defensores do

horário atual afirmam que o programa é o meio mais democrático de obter informação variada de todas as esferas do governo, especialmente nas regiões distantes dos grandes centros urbanos. De outro, representantes das emissoras comerciais garantem que o horário flexível pode aumentar a audiência da *Voz*, adaptando-o aos interesses e aos hábitos do ouvinte de cada rádio.

Dom Orani entrega relatório final a Renan Calheiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o relatório final dos trabalhos do Conselho de Comunicação Social (CCS). O documento, entregue pelo presidente do conselho, Dom Orani Tempesta, que representa a sociedade civil, registra as principais realizações do grupo durante o mandato iniciado em agosto de 2012 e finalizado este ano.

— Eu só tenho a dar os parabéns ao trabalho deste grupo, pela excelência. Aliás, a sociedade fica agradecida com as contribuições que vocês trouxeram ao longo desses dois anos — observou Renan.

Em dois anos de atividade, o conselho aprovou 13 pareceres e realizou 22 reuniões, entre audiências públicas com representantes de ministérios, agências reguladoras, entidades sindicais, associações empresariais e empresas públicas.

O CCS é um órgão auxiliar

do Congresso Nacional previsto na Constituição (artigo 224) e regulamentado pela Lei 8.389/1991. Ficou cerca de oito anos sem funcionamento e retomou os trabalhos em 2012. Em resposta à preocupação manifestada pelos conselheiros sobre a possibilidade de nova pausa, Renan se comprometeu a tomar todas as providências necessárias para evitar que haja interrupção.

Balanco

Em reunião antes do encontro com Renan, o presidente do conselho apresentou um balanço das realizações do colegiado ao longo de dois anos de trabalho.

Segundo Dom Orani, já no início do mandato o CSS conseguiu liquidar as pendências decorrentes do período em que ficou inativo, especialmente as decorrentes da lei que criou a Empresa

Brasil de Comunicação (Lei 11.652/2008) e da que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado (Lei 12.485/2011).

O presidente também destacou que os conselheiros não se limitaram a responder às demandas, mas foram “proativos”. Exemplo disso, segundo ele, foi a elaboração de sugestões ao projeto que discute o direito autoral de biografias e à proposta que trata da investigação da Polícia Federal de crimes contra a atividade jornalística.

O vice-presidente, Fernando Cesar Mesquita, considerou positivo o trabalho do conselho. Ele aproveitou para elogiar o apoio dos servidores do Senado e, especialmente, os veículos de comunicação da Casa, “pela cobertura competente dos debates, o que infelizmente não foi visto na mídia privada”.

Data para escolha de novos conselheiros ainda será definida

Com a atual composição, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional teve início do mandato em 8 de agosto de 2012. A aprovação de pareceres sobre temas polêmicos, como a exigência do diploma para jornalistas e a flexibilização do horário de *A Voz do Brasil*, marcaram o fim dos trabalhos. O colegiado é composto por 13 membros

titulares, sendo 5 representantes da sociedade civil. As empresas de rádio e TV e da imprensa escrita têm um representante cada, assim como as categorias profissionais dos jornalistas, radialistas e artistas e profissionais de cinema e vídeo. Há ainda vaga para um engenheiro “com notórios conhecimentos na área de comunicação social”.

Representantes que encerram a gestão

- **Sociedade civil:** Dom Orani Tempesta, Fernando Cesar Mesquita, Miguel Angelo Cançado, Ronaldo Lemos e João Monteiro de Barros Filho
- **Empresas de rádio:** Walter Vieira Ceneviva
- **Empresas de televisão:** Gilberto Carlos Leifert
- **Empresas da imprensa escrita:** Alexandre Kruehl Jobim
- **Notório conhecimento na área:** Roberto Franco
- **Categoria dos jornalistas:** Celso Schröder
- **Categoria dos radialistas:** José Catarino do Nascimento
- **Categoria dos artistas:** Jorge Coutinho
- **Categoria de cinema e vídeo:** Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição:

André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Com validade até 25 de setembro, MP 647 tranca de imediato a pauta do Senado. Texto eleva o percentual obrigatório de mistura do biodiesel ao óleo diesel de 5% para uma faixa de 6% a 7%



Pela proposta a ser analisada pelo Senado, o percentual obrigatório de adição de álcool anidro à gasolina poderá chegar a 27,5%

Chega ao Senado texto sobre mistura de biodiesel e etanol

O SENADO RECEBEU ontem o Projeto de Lei de Conversão 14/2014, decorrente da Medida Provisória 647/2014, que aumentou os percentuais de biodiesel e etanol misturados, respectivamente, ao óleo diesel e à gasolina vendidos nos postos de combustível do país. O texto foi aprovado ontem de manhã pela Câmara dos Deputados e já chegou trancando a pauta do Plenário.

O PLV aprovado pela comissão mista na forma do relatório apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) mantém o aumento do percentual obrigatório de mistura do biodiesel ao óleo diesel. No dia 1º de julho, a MP aumentou esse percentual

para 6%. A partir de 1º de novembro, o percentual passará para 7%. Até a edição da MP 647, o percentual obrigatório era de 5%.

A MP também permite que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determine o retorno ao percentual de 5% por motivo justificado. O PLV, no entanto, autoriza essa redução apenas até o limite de 6%. Na prática, o CNPE poderá trabalhar com qualquer valor entre 6% e 7%.

Limites

A MP estabeleceu ainda que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deve fixar os limites de variação. E que o

biodiesel adicionado ao óleo diesel deve vir, prioritariamente, da agricultura familiar. O governo deverá editar normas garantindo essa preferência.

O texto aprovado pela Câmara contém outra mudança proposta pelo relator, segundo a qual o percentual obrigatório de adição de álcool anidro à gasolina poderá subir para 27,5%, desde que constatada sua viabilidade técnica. Atualmente, segundo a Lei 8.723/1993, o governo pode elevar o percentual de mistura do etanol anidro até o limite de 25%, ou reduzi-lo até 18%. O parecer mantém o piso de 18%.

O PLV 14/2014 tem validade até 25 de setembro.

(Com Agência Câmara)



Expectativas de aumento de tarifas não têm base, avalia Raupp

Raupp refuta especulações sobre "tarifaço" de energia

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse não acreditar em um aumento expressivo nas tarifas de energia elétrica, o chamado tarifaço, em 2015. Para ele, o pessimismo das especulações não corresponde à realidade.

— Essas afirmações são fruto de uma visão pessimista de quem torce contra a economia do país — disse o senador.

Raupp lembrou que o reajuste não depende somente dos valores emprestados a distribuidoras, mas de um conjunto de fatores. Entre eles, estão as condições climáticas, ressaltou. Isso significa que um aumento no volume de chuva pode amenizar o aumento das tarifas, disse o senador.

Ana Amélia comemora aumento de recursos para os municípios

Ana Amélia (PP-RS) comemorou a aprovação da proposta de emenda à Constituição de autoria dela que aumenta em um ponto percentual os repasses de recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A senadora explicou que isso vai ajudar na recuperação da saúde financeira das prefeituras, que perderam recursos por causa de desonerações de IPI dadas pelo governo.

A proposta ainda depende de aprovação, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados para ser promulgada e entrar em vigor.



Para Ana Amélia, os municípios são os "primos pobres da Federação"



Segundo Mozarildo Cavalcanti, lei vai corrigir situação de municípios

Mozarildo destaca aprovação de projeto sobre municípios

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou a aprovação, ontem, do projeto que regulamenta a criação, fusão e incorporação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). O texto segue para a sanção.

O projeto começou a tramitar depois que uma proposta de Mozarildo Cavalcanti, aprovada pelo Congresso Nacional, foi integralmente vetada pela Presidência da República.

O texto aprovado ontem foi apresentado para regular o assunto e definir regras que, no caso de criação de municípios, corrigirão algumas situações que ocorrem atualmente, especialmente na Região Norte, observou o senador.

Adiada votação das metas para o Orçamento de 2015

Sem quórum, a votação do relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 foi remarcada para a primeira semana de setembro, quando ocorrerá outro esforço concentrado do Congresso Nacional. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), agendou a próxima reunião para 2 de setembro, às 14h30.

A LDO é o instrumento pelo qual o governo estabelece metas e prioridades da administração pública federal para o ano seguinte, como as obras

e os serviços mais importantes a serem realizados.

Conforme a lei, o salário mínimo será reajustado em 7,71% em 2015, saindo dos atuais R\$ 724 para R\$ 779,79 no ano que vem. O governo estima crescimento da economia de 3% e inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 5% para o próximo ano.

Ainda conforme o texto, o governo prevê que o superávit primário — economia para o pagamento de juros da dívida pública — será de R\$ 143,3 bilhões.

MP sobre imposto na nota será avaliada em setembro

A análise do relatório da Medida Provisória (MP) 649/2014 foi adiada mais uma vez. A votação estava prevista para terça-feira, mas um pedido de vista adiou a apreciação do documento. Deputados e senadores queriam estudar as várias emendas apresentadas, em especial aquelas sobre temas diversos ao da medida provisória.

A MP adia a punição aos comerciantes que não discriminarem nas notas fiscais os impostos cobrados ao consumidor. A medida estabelece que a fiscalização será orientadora até o final do ano. Já em 2015, o comerciante que

não disponibilizar essa informação na nota fiscal poderá sofrer as sanções previstas em lei — como ser multado, ter a atividade suspensa ou até mesmo cassada.

Ao abrir a reunião na tarde de ontem, o presidente da comissão, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), informou que a sessão será retomada no dia 2 de setembro e acrescentou que o relator da comissão, deputado Andre Moura (PSC-SE), ainda trabalha na busca de um consenso no texto.

— Precisamos votar, mas, para votar, precisamos de consenso entre os membros da comissão — disse Gurgacz.

Luiz Henrique: "Pacto tem que entrar na agenda eleitoral"

Luiz Henrique (PMDB-SC) disse esperar que os candidatos a presidente Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB) se manifestem durante a campanha sobre um novo pacto federativo que garanta uma divisão de recursos mais justa entre o governo federal, os estados e municípios. Hoje, registrou o senador, a União fica com 63% do total arrecadado.

Além de aumentar os recursos, o senador defende também um modelo político que garanta mais poder de decisão para os estados e municípios.

— O Brasil precisa descentralizar as decisões para os estados e municípios — assinalou.



Luiz Henrique diz que "o Brasil não pode continuar decidindo de Brasília"



Eunício Oliveira ressalta vantagens da nova lei do Supersimples

Novo Supersimples vai ajudar jovens a abrir negócio, prevê Eunício

Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse ontem, em Plenário, que deve ser sancionado hoje o projeto do novo Supersimples, que reduz em 40%, em média, a carga tributária das micros e pequenas empresas.

O parlamentar espera que o novo sistema proporcione um ambiente cada vez mais favorável aos pequenos empresários, que empregam hoje 52% dos trabalhadores formalizados e são responsáveis por 40% de toda a massa salarial do país.

Eunício observou que a nova lei poderá ajudar a criar condições para que os jovens, especialmente no interior, tenham o próprio negócio.

Pedro Guillhon/PIRMA



Agente de combate a endemias em Porto Alegre: medida beneficia profissionais, que passam a ter salário inicial maior

Vão à sanção mudanças em carreiras da área ambiental

Senadores aprovaram ontem, em caráter de urgência, projeto que reestrutura carreiras federais da área ambiental. Texto também dispõe sobre plano de cargos do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente

VAI À SANÇÃO o PLC 90/2014, que regulariza carreiras federais da área ambiental, além de dispor sobre o plano especial de cargos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O texto foi aprovado ontem em caráter de urgência no Senado.

Aprovado na Câmara no início de junho, o projeto cria a carreira de especialista em meio ambiente, composta pelos cargos de gestor ambiental,

gestor administrativo, analista ambiental, analista administrativo, técnico ambiental, técnico administrativo e auxiliar administrativo. Além do MMA e do Ibama, o projeto abrange ainda o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O texto aprovado cria um quadro em extinção no Ministério da Saúde para os agentes de combate a endemias atualmente lotados na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Esses profissionais, no entanto,

continuam cedidos a estados e municípios, por meio de convênios no âmbito do SUS.

Com esse novo enquadramento, muda a estrutura da remuneração, que será composta por vencimento básico mais uma gratificação. O salário no início de carreira, em 2015, passará de R\$ 3.441,27 para R\$ 3.823,15.

A carga horária permanece em 40 horas. A gratificação, no entanto, não será devida ao funcionário que exercer cargo em comissão.

Especialistas condenam lavouras com transgênicos

O alto índice de contaminação de lavouras convencionais por lavouras transgênicas viola os direitos humanos e prejudica o meio ambiente, segundo denunciaram participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, explicou que as

sementes transgênicas não são democráticas, ou seja, não podem conviver com outros tipos de sementes sem contaminá-las. Stédile destacou que o uso de transgênicos representa a introdução da propriedade privada nas sementes e deixa os pequenos agricultores sem oportunidade de escolha.

— Hoje, é praticamente impossível os pequenos agricultores terem segurança de que

vão plantar algo convencional e não vão colher transgênicos — lamentou.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Kageyama explicou que a contaminação das lavouras é feita pelo vento e, no caso do milho transgênico, o produtor deve respeitar 100 metros ou 20 metros vazios mais 10 fileiras de milho das lavouras vizinhas para evitar a contaminação.

Ruben Figueiró lamenta posição do Brasil no IDH

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ruben Figueiró (PSDB-MS) lamentou o avanço do Brasil em apenas uma posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a qualidade de vida, levando em conta dados nas áreas de saúde, educação e renda da população.

Com isso, o Brasil passou para a 79ª posição entre 187 nações, disse ele, lembrando que, desde 2008, caiu quatro posições. Figueiró também rebateu as críticas da presidente Dilma ao relatório da ONU, sob o argumento de que teriam sido usadas estatísticas defasadas.

Anibal Diniz lembra os 112 anos do início da Revolução Acriana

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Anibal Diniz (PT-AC) saudou os 112 anos do início da revolução que garantiu a incorporação do Acre ao Brasil,

comemorados em 6 de agosto. Ele lembrou que a área do Acre pertencia à Bolívia e passou a fazer parte do Brasil graças à revolução comandada pelo gaúcho José Plácido de Castro, que contou com a ajuda de um exército de seringueiros. A região foi incorporada ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis, em 1903, mediante o pagamento à Bolívia de 2 milhões de libras esterlinas e a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré.

Suplicy elogia plano que vai orientar São Paulo para o futuro

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou, em Plenário, o recém-aprovado plano diretor da cidade de São Paulo. O

plano traz diretrizes que devem orientar o crescimento da metrópole nos próximos 16 anos. Segundo o senador, o planejamento deverá ser seguido pelas administrações futuras.

— A cidade construiu um plano para o futuro, para as próximas duas décadas. São Paulo tem um rumo só e esse rumo não pode ser desfeito pelas próximas administrações — afirmou o senador.

Randolfe celebra mobilização contra Lei Fiscal do Esporte

Marcos Oliveira/Agência Senado



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comemorou a mobilização dos jogadores de futebol contra o projeto da

Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, em tramitação na Câmara dos Deputados. O senador destacou que atua no Congresso uma verdadeira “bancada da CBF”, que se esforça para manter tudo como está.

— Temos que ter a humildade de reconhecer que nosso futebol não é mais o melhor do mundo. Não graças aos nossos atletas, mas graças a esses dirigentes — disse.

Kaká destaca mostra de cinema do Tribunal de Contas de Sergipe

Marcos Oliveira/Agência Senado



Kaká Andrade (PDT-SE) elogiou a primeira Mostra Curta-se, realizada pelo Tribunal de Contas de

Sergipe nos dias 30 e 31 de julho, em Aracaju. A mostra, registrou o senador, reuniu oito curtas-metragens e dois longas-metragens produzidos em Sergipe.

Para ele, a mostra permite a aproximação dos cidadãos com a cultura.

— O tribunal contribui com a sustentação de nossas manifestações culturais e aproxima o povo da arte e da cultura — afirmou.

Para Funai, trabalho com índios isolados deve ser cuidadoso

O trabalho realizado pelas equipes de especialistas da Fundação Nacional do Índio (Funai) com relação aos índios isolados no Acre é sensível e delicado. A afirmação feita pela presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, se refere a recente situação de contato de um grupo de sete índios jovens com outros indígenas, da etnia ashaninka, em uma aldeia supervisionada pela fundação. As imagens desse contato, feitas por técnicos da fundação, foram divulgadas pela imprensa e preocuparam parlamentares, que realizaram uma audiência pública ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A presidente da Funai e Leonardo Santos, coordenador de Proteção e Localização de Índios Isolados, explicaram aos senadores as estratégias da fundação para proteção a comunidades indígenas isoladas. Conforme relataram, há registros de 104 grupos indígenas vivendo de forma isolada, dos quais 26 já foram confirmados e estão sendo monitorados, seja por imagens de satélite, sobrevoos

ou expedições na região. A fundação identifica e monitora esses grupos isolados, mas sem buscar o contato, diferentemente do que era feito no passado. De forma geral, o contato só é feito por iniciativa dos indígenas e, quando isso ocorre, a política da Funai é de garantir autonomia dos índios, que poderão inclusive decidir por continuar isolados.

— É um trabalho sensível e muito delicado. Temos equipes muito capacitadas, que puderam aprender com indígenas que dedicaram uma vida ao trabalho na floresta — disse Maria Augusta.

Ao final do debate, Jorge Viana (PT-AC) sugeriu que a CMA se mobilize para garantir recursos orçamentários para o trabalho feito pela Funai. O parlamentar teme pela saúde dos índios isolados, que não têm resistência a inúmeras doenças, como gripe, sarampo e muitas outras. Como observou, experiências anteriores resultaram na morte de até 70% dos indígenas contatados, tendo sido preciso três gerações para que a população indígena se tornasse resistente às doenças.



Entre Maria Augusta e Leonardo Santos, Blairo Maggi coordena os debates

Pedro Franzoy/Agência Senado